

Trabalho de Conclusão de Curso (2025)

O EFEITO DA COVID-19 NOS PRINCIPAIS INDICADORES DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE DOS GASTOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E PESSOAL DAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2019 À 2023

Israel Lucas Guimarães Castro, Antonio Erivando Xavier Júnior

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da pandemia de COVID-19 nos gastos públicos das capitais brasileiras, com foco nos setores de saúde, educação e pessoal. A pesquisa visa investigar como a crise sanitária afetou os indicadores de responsabilidade fiscal dessas cidades, comparando os dados financeiros de 2019 (período pré-pandemia), 2020-2022 (período crítico da pandemia) e 2023 (pós-pandemia). Para isso, será realizada uma análise quantitativa dos dados financeiros disponibilizados pelas prefeituras, abordando a eficiência na realocação de recursos e adaptação das políticas públicas diante das novas demandas impostas pela pandemia. A amostra inclui todas as capitais brasileiras, totalizando 26 municípios, e os principais indicadores analisados são os gastos com saúde, educação e pessoal, além da Receita Corrente Líquida. Esta análise busca entender como as gestões municipais reagiram à crise sanitária, realocando recursos para enfrentar as novas demandas. Os resultados esperados incluem uma avaliação detalhada dos ajustes orçamentários e a identificação de impactos econômicos nos setores essenciais. Este estudo justifica-se pela necessidade de entender a resposta das gestões municipais em tempos de crise e pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e resilientes, capazes de lidar com futuras emergências sanitárias e econômicas.

Palavras-chave: covid-19. capitais. orçamento. gastos. indicadores.

1 INTRODUÇÃO

A infecção respiratória descoberta no final de 2019 na China, rapidamente tomou proporções mundiais devido ao seu alto nível de contágio, neste momento inicial não era possível prever que o vírus conhecido como coronavírus SARS-CoV-2 logo causaria grandes impactos sociais e econômicos. No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde caracterizou a COVID-19 como uma pandemia mundial (Organização Pan-Americana de Saúde, 2021). A partir dessa situação, logo tivemos nosso primeiro caso de infecção no dia 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo, um homem de 61 anos com histórico de viagem para Itália (UNA-SUS, 2020).

Após a descoberta do vírus, surgiram diversos problemas no Brasil, entre eles o alto valor gasto em todas as áreas de forma generalizada. De acordo com os dados divulgados pelo Tribunal de Contas da União, a pandemia custou mais de R\$600 bilhões aos cofres federais (TCU, 2021). Tudo isso devido às ações necessárias para a contenção e estabilização da taxa de transmissão do vírus, como o isolamento e a quarentena. Embora necessários, contribuíram de forma crucial para o aumento da recessão. Diante desse

cenário, as gestões municipais das capitais brasileiras foram submetidas a uma pressão intensa para realocar recursos e adaptar suas políticas públicas às novas demandas.

Frente a isso, setores como a saúde, educação e o gasto com o pessoal foram amplamente afetados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), as despesas relacionadas à saúde no Brasil em 2021 totalizaram R\$872,7 bilhões. Quantia equivalente a 9.7% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no Brasil em 2021. Já em relação à educação, houveram emendas constitucionais para retirada do valor investido, segundo jornal O globo (2024), a educação perdeu mais de R\$1,2 bilhão por gastos abaixo do piso. Como as escolas e universidades ficaram quase 2 anos fechadas, houve uma redução nos gastos relacionados a educação. Infelizmente, em muitos locais não houve uma contrapartida referente aos valores que foram retirados da educação.

Em um momento de crise sanitária mundial, a pandemia de COVID-19 trouxe à tona a importância crucial da contabilidade pública. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), o objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações. Seu objetivo não é obter lucro ou retorno financeiro para os órgãos existentes, mas prestar serviços à sociedade através de prestações de contas, validação de demonstrativos, relatórios e contratos que confirmem cada tipo de dado contábil. (CR2 Transparência Pública).

É de conhecimento geral que a pandemia do COVID-19, foi um evento global de proporções históricas, trouxe diversos desafios sem precedentes aos sistemas de saúde e às economias de diversos países, incluindo o Brasil. Diante desse cenário, as gestões municipais das capitais brasileiras foram submetidas a uma pressão intensa para realocar recursos e adaptar suas políticas públicas às novas demandas.

Diversos estudos têm investigado o impacto da pandemia de COVID-19 na economia global e nacional. Para Sanches (2022), o setor econômico sofreu um grande impacto, mostrando a uma grande volatilidade e variação significativa nos indicadores econômicos de várias ações analisadas. Por outro lado, para Silva (2022), durante a análise dos indicadores financeiros nas empresas aéreas brasileiras já vinha apresentando um desempenho insatisfatório, com o advento da pandemia, a situação só se agravou. No entanto, foram encontradas algumas lacunas de pesquisas não realizadas sobre a pandemia, que será tratada neste trabalho.

Nesse contexto, esta pesquisa, propõe-se a examinar a eficiência das capitais brasileiras durante o período pandêmico de acordo com os indicadores de responsabilidade fiscal, tendo como foco principal os gastos com saúde, educação e pessoal no período de 2019 (pré pandemia), 2020 a 2021 (período em que ocorreu o ápice da pandemia) e 2023 (pós pandemia). Diante do exposto, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: Levando em consideração os gastos públicos, como essas cidades reagiram à crise sanitária mundial que exigiu uma rápida e eficiente reação?

O presente estudo tem por objetivo analisar os impactos da pandemia do COVID-19 nos gastos públicos das capitais brasileiras, tendo como foco a saúde, educação e gastos com pessoal. Para alcançar esse objetivo, será utilizado uma pesquisa quantitativa, com base na análise de dados financeiros disponibilizados pelas prefeituras dos municípios durante o período de 2019 a 2023. Ademais, será também analisado como era o período anterior e posterior à pandemia. A combinação dessas abordagens permitirá uma análise completa, onde saberemos como estava e como ficaram os indicadores de responsabilidade fiscal após toda adversidade causada pela pandemia.

Diante o exposto, essa pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como as gestões municipais lidaram com o aumento da demanda por serviços públicos essenciais, como gastos com pessoal, saúde e educação, em um contexto de crise econômica e financeira. Além disso, busca-se analisar como os índices se comportaram antes, durante e depois da pandemia. Por consequência, os resultados desta pesquisa

podem vir a colaborar com a formulação de políticas públicas mais eficazes e resilientes, capazes de enfrentar desafios complexos e emergentes que possam surgir no futuro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Lei de Responsabilidade Fiscal

Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), surgiu como um marco na gestão das finanças públicas brasileiras. Seu objetivo principal é estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, buscando garantir a saúde financeira dos entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) trazendo maior eficiência, planejamento e equilíbrio nas finanças públicas. Com isso, a sociedade terá maior acesso às informações e pode acompanhar de forma mais detalhada.

Conforme elencado por Khair (2000):

a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é uma lei complementar que, regulamenta o artigo 163 da Constituição Federal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas do país. Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas.

Diversos estudos ressaltam a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na promoção da disciplina fiscal, sendo essencial para evitar crises de solvência dos governos municipais (SILVA, 2017). No entanto, crises econômicas e eventos imprevistos, como a pandemia de COVID-19, colocam desafios consideráveis à aplicação dessas normas, gerando pressões sobre as contas públicas, especialmente em áreas como saúde, educação e gastos com pessoal.

2.2 Contexto da crise sanitária do COVID-19

Ao longo da Idade Moderna, a economia mundial sofreu diversas crises, sendo as guerras um dos principais desencadeadores. No entanto, outros fatores, como pandemias, também desempenharam um papel crucial nesse contexto. Doenças infecciosas como a Gripe Espanhola, a Asiática, a de Hong Kong, a Russa, a Aviária e a Gripe A, por exemplo, provocaram graves consequências econômicas em escala global, evidenciando a fragilidade do sistema econômico diante de eventos de saúde pública (COSTA, Merchan-Hamann. 2016 P11-25).

Em dezembro de 2019, com o surgimento do COVID-19, uma crise sanitária global foi desencadeada. A rápida disseminação do vírus levou à paralisação de diversas atividades, gerando impactos significativos nos setores da saúde, da economia e na sociedade como um todo. De acordo com Távora (2020), o Brasil teve seu primeiro caso de infecção pelo vírus em fevereiro de 2020, com isso, veio os desafios do ponto de vista político, sanitário e econômico. Os indicadores fiscais, como os gastos com saúde, educação e pessoal, passaram por uma reconfiguração durante a pandemia. A gestão pública precisou se adaptar para enfrentar os desafios emergentes, o que, em muitos casos, resultou no aumento do endividamento público e da pressão sobre o orçamento fiscal.

De acordo com dados da OXFAM (2022), no final de julho de 2022, 80,1% da população estava completamente vacinada, tornando o país o quarto no mundo em número de doses aplicadas, ficando atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. No entanto, São Paulo, o estado mais rico do Brasil, foi o único a alcançar a meta de 90% de cobertura vacinal completa definida pelo Ministério da Saúde. Na região Sul, apenas 16% dos municípios ultrapassaram a marca de 80%. As cidades com baixo Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) apresentaram taxas de vacinação mais baixas, evidenciando a distribuição desigual das vacinas, resultado da desigualdade estrutural do país, de nossa frágil democracia e, conseqüentemente, do limitado acesso ao direito à saúde.

Diante da emergência sanitária, o governo brasileiro adotou medidas excepcionais, como a criação do Auxílio Emergencial e a construção de hospitais de campanha, para proteger a saúde da população e minimizar os impactos econômicos da pandemia. Para viabilizar essas ações, foi necessário flexibilizar as rígidas metas fiscais, permitindo um maior endividamento público. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2021), em um relatório financeiro, afirmou que de maneira geral, todos os países da região passaram por um deterioramento na situação fiscal, o nível de endividamento geral aumentou, com isso, gera um perigo para a recuperação e a capacidade dos países de se reconstruir de forma sustentável e igualitária.

O Governo Federal, diante do COVID-19, optou por diversas medidas para ajudar as pessoas a enfrentar a pandemia. Por exemplo, a Lei nº 13.982/2020 instituiu um benefício financeiro emergencial no valor de R\$ 600, destinado a trabalhadores informais, autônomos e aqueles desprovidos de renda fixa, como medida de amparo durante a crise sanitária ocasionada pela pandemia de COVID-19. Para famílias chefiadas por mulheres, esse valor pode ser duplicado, alcançando R\$ 1.200. Houve também redução na jornada de trabalho e de salários (MP 936/2020) para evitar demissões em massa decorrente da crise.

2.3 Impactos da COVID-19 em Saúde e Educação Durante a Pandemia

Os gastos públicos em saúde aumentaram significativamente durante o período pandêmico, o que teve reflexos diretos sobre o cumprimento dos indicadores de responsabilidade fiscal. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU, 2021), o Brasil destinou mais de R\$ 600 bilhões ao combate à pandemia, englobando despesas com atendimento hospitalar, campanhas de vacinação e medidas de contenção do vírus. Esses aumentos de despesas, no entanto, implicaram em sacrifícios em outras áreas, como a educação, que sofreu cortes em razão da priorização emergencial dos recursos (Tribunal de Contas da União, 2021).

No que diz respeito à educação, a pandemia também causou uma redução nos gastos devido à suspensão das aulas presenciais. Segundo Silva (2021), as restrições impostas pela COVID-19 fizeram com que os municípios e estados diminuíssem suas despesas educacionais. Além disso, a crise levou a alterações nas metas de investimento mínimo em educação, resultando na perda de recursos para o setor.

Durante esse período, cerca de 99,3% das escolas suspenderam atividades presenciais, com uma média de 287 dias sem aulas em 2020. A maioria das escolas públicas e privadas adotou estratégias como ensino remoto, mas a falta de infraestrutura tecnológica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, dificultou a continuidade das aulas. A evasão escolar aumentou, principalmente entre alunos de baixa renda, e o processo de aprendizagem sofreu retrocessos. Esses desafios terão repercussões a longo prazo na economia e na inclusão social (FADC).

2.4 Impactos da COVID-19 nas Despesas com Pessoal

É amplamente conhecido que a pandemia provocou, em muitos países, um colapso nos sistemas de saúde pública. A rápida e ampla disseminação do vírus tem tornado cada vez mais urgente a contratação de profissionais, especialmente aqueles das áreas de saúde e assistência social. Nesse contexto, a Administração Pública, conforme o artigo 37, IX, da Constituição Federal, pode realizar contratações por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público. Dessa forma, é permitida a admissão de servidores temporários para a prestação de serviços públicos essenciais. No entanto, deve haver edição de lei local prevendo esta hipótese. Além disso, é fundamental

que não ocorra desvio de função nas contratações, uma vez que elas são específicas e temporárias para atender a uma situação emergencial.

As despesas com pessoal foram bastante impactadas pela pandemia, uma vez que a necessidade de garantir a continuidade dos serviços essenciais se fez mais presente. Com o aumento da demanda por profissionais de saúde, houve um acréscimo no número de contratações emergenciais, além de despesas adicionais com gratificações e incentivos (IBGE, 2024). Todavia, ao mesmo tempo, muitos municípios tiveram de lidar com a queda de arrecadação, o que limitou sua capacidade de cumprir metas fiscais estabelecidas pela LRF (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2021).

As consequências da pandemia para as despesas com pessoal ainda estão sendo sentidas e devem se prolongar por um longo período. Uma medida importante foi a proibição de aumentos nominais nas despesas com pessoal até o fim de 2021, conforme a Lei Complementar nº 173/2020. Essa restrição visava controlar o aumento de despesas durante a crise sanitária, permitindo apenas contratações em áreas essenciais, como saúde e segurança. O objetivo era evitar a deterioração fiscal, enquanto as administrações públicas lidavam com a crescente demanda por serviços essenciais no combate à pandemia.

De acordo com estudo de Alves (2021), houve uma flexibilização temporária dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF durante a pandemia, em virtude da crise sanitária. Essa flexibilização permitiu que as capitais brasileiras pudessem enfrentar os desafios impostos pela COVID-19 sem violar os parâmetros legais de responsabilidade fiscal. Contudo, essa alteração não isenta os gestores públicos de adotarem uma postura cautelosa na administração de recursos após o período pandêmico.

2.5 Perspectivas para o Pós-Pandemia

No período pós-pandemia, os governos municipais enfrentam o desafio de equilibrar suas contas, retomando os níveis de responsabilidade fiscal pré-pandemia. A reavaliação das prioridades orçamentárias será essencial, uma vez que setores como a saúde e educação ainda exigem investimentos para compensar as lacunas deixadas pela crise (IBGE, 2024). Ao mesmo tempo, os gestores terão de lidar com as consequências fiscais do aumento do endividamento e a pressão por medidas austeras para a recuperação fiscal.

Estudos recentes apontam que a eficiência fiscal e a capacidade de resposta das capitais brasileiras durante a pandemia foram heterogêneas, variando conforme a estrutura econômica e os modelos de gestão adotados. Para Pereira (2023), o pós-pandemia requer uma revisão das políticas fiscais, com a introdução de mecanismos que permitam maior flexibilidade e resiliência em futuras crises, sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

2.6 Estudos Anteriores

Muitos estudos investigaram os efeitos da pandemia de COVID-19 nas finanças públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e despesas com pessoal. No estudo de Sanches (2022), por exemplo, foi analisada a volatilidade econômica durante a pandemia, com foco nos retornos de ações e liquidez. Comparando os dados de 2018-2019 com os de 2020-2021, o uso do Teste de Wilcoxon revelou variações significativas, mostrando que a pandemia teve forte impacto nos mercados de capitais, aumentando o risco e a instabilidade econômica no período.

Santos (2021), por sua vez, comparou os indicadores econômicos das companhias aéreas brasileiras antes e durante a pandemia de COVID-19. A análise dos balanços patrimoniais de 2019 e 2020 mostrou que o setor de transporte aéreo, que já enfrentava dificuldades antes da crise, foi ainda mais prejudicado pela pandemia. Os indicadores de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade das empresas pioraram significativamente, destacando o impacto econômico negativo da COVID-19 sobre esse setor.

Além disso, Dalpiaz (2021) realizou um estudo sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na arrecadação e nos limites de gastos com pessoal dos municípios turísticos da

Região das Hortênsias revelou profundas consequências econômicas. Decretos forçaram o fechamento de setores como turismo e serviços, afetando diretamente a receita própria municipal. Além disso, houve a necessidade de contratação emergencial de agentes sanitários, o que pressionou os limites de gastos com pessoal estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Comparações entre 2019 e 2020 mostraram os efeitos significativos da pandemia nas finanças públicas locais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção explica o método usado para realizar esta pesquisa, cujo objetivo é investigar como a pandemia de COVID-19 afetou os principais indicadores de responsabilidade fiscal nas capitais do Brasil, focando nos gastos com saúde, educação e pessoal entre 2019 e 2023. A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, com análise de dados secundários, obtidos em sites oficiais das administrações municipais.

3.1 Tipo de Pesquisa

Para a realização deste estudo, foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa documental, baseados na análise de dados obtidos diretamente de arquivos de órgãos públicos, sem qualquer interferência prévia de outros autores, conforme sugerido por Gil (2002). O delineamento dos objetivos caracteriza a pesquisa como descritiva, buscando relacionar o impacto da pandemia nas finanças públicas. Quanto à abordagem dos dados, segue-se uma metodologia quantitativa, em que os resultados são expressos numericamente, possibilitando uma análise precisa dos efeitos estudados (PRODANOV; FREITAS, 2012).

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa busca a objetividade e é influenciada pelo positivismo, entendendo que a realidade pode ser compreendida por meio da análise de dados coletados com instrumentos padronizados e neutros. Esse tipo de pesquisa utiliza a linguagem matemática para descrever causas de fenômenos e relações entre variáveis. Além disso, a combinação entre pesquisa quantitativa e qualitativa possibilita uma coleta de informações mais abrangente do que quando aplicadas separadamente.

3.2 Coleta e Análise dos Dados

Esta pesquisa tem como foco os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumos de Execução Orçamentária (RREO), que são uns dos principais indicadores de responsabilidade fiscal. A análise incluirá o limite de despesas com pessoal e os percentuais destinados à saúde e educação, com base nos relatórios oficiais de cada cidade analisada. Além disso, será investigada a variação da Receita Corrente Líquida durante a pandemia, buscando entender se houve impactos econômicos significativos. Esses indicadores facilitam o entendimento do comportamento fiscal das capitais brasileiras no período analisado.

Os dados utilizados neste estudo serão consultados por meio dos portais de transparência e relatórios financeiros disponíveis nos sites oficiais de todas as capitais do Brasil. Essas plataformas públicas são mantidas pelas prefeituras e contêm informações detalhadas sobre as finanças municipais, incluindo os gastos com saúde, educação e despesas com pessoal. A coleta será realizada para o período de 2019 a 2023.

3.3 Amostra e Variáveis utilizadas

A amostra deste estudo abrange todas as capitais do Brasil, totalizando 26 municípios. A escolha por analisar apenas as capitais se justifica pela relevância e importância que essas cidades possuem no contexto das finanças públicas brasileiras, além de serem responsáveis por grandes volumes de gastos, principalmente quando tratamos das áreas de saúde e educação, que foram grandemente impactadas durante a pandemia de COVID-19.

Sobre as variáveis analisadas neste estudo estão relacionadas aos principais indicadores de responsabilidade fiscal das capitais brasileiras, com destaque para os seguintes:

- **Gastos com saúde:** Refere-se aos valores investidos em serviços de saúde pública, como hospitais, postos de saúde, equipamentos médicos, contratação de pessoal da área da saúde e etc.
- **Gastos com educação:** Engloba os recursos alocados em infraestrutura educacional, remuneração de professores, compra de materiais didáticos, entre outros investimentos necessários para a manutenção da educação pública durante o período de pandemia, principalmente devido ao ensino remoto.
- **Despesas com pessoal:** São os gastos relacionados com a folha de pagamento dos servidores municipais, tanto das áreas de saúde e educação quanto de outras áreas da administração pública.
- **Receita corrente líquida:** é um indicador fundamental para avaliar a capacidade financeira do governo, sendo usada para calcular limites de gastos, endividamento e repasses obrigatórios, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

3.4 Análise de Dados

Será feita uma análise de dados comparando os indicadores de responsabilidade fiscal de 2019 a 2023, sendo os três períodos: pré-pandemia (2019), durante a pandemia (2020 e 2021) e pós-pandemia (2023). As variações entre esses períodos serão observadas para identificar quais os impactos da pandemia nos indicadores de gestão fiscal.

Os dados serão organizados em planilhas eletrônicas utilizando Excel, para que seja possível uma análise descritiva dos dados, incluindo médias, medianas, desvio padrão e variações percentuais. Para melhor visualização, serão utilizados gráficos e tabelas demonstrando a variação ao longo do período estudado. Com auxílio do Teste *t*, será feita uma comparação das amostras, analisando se existem diferenças significativas entre os resultados das situações analisadas. O Teste *t* foi aplicado através das aproximações de Satterthwaite (1946) e de Cochran e Cox (1957), onde o número de erros chegava de 5% a 1%.

3.5 Limitações da Pesquisa

Entre as principais limitações da pesquisa, destaca-se a dependência de dados secundários fornecidos pelas administrações municipais. Além disso, a análise está restrita aos indicadores financeiros diretamente relacionados aos gastos com saúde, educação e pessoal, não abrangendo outras áreas que também podem ter sido afetadas pela pandemia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos gastos públicos das capitais brasileiras durante o período de 2019 a 2023 revelou impactos significativos da pandemia de COVID-19 sobre os indicadores de responsabilidade fiscal. Em especial, os setores de saúde, educação e gastos com pessoal sofreram grandes variações ao longo dos anos, refletindo a necessidade de reação rápida das gestões municipais frente à crise sanitária mundial.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse aumento se deu devido aos efeitos negativos da COVID-19, tanto na parte econômica como na queda de arrecadação de impostos. No tocante a saúde, houve um crescimento médio nos gastos públicos de 62% considerando o período 2019 a 2023. Já em relação a educação, o aumento foi um pouco maior, chegando a 64%. Por outro lado, os gastos com Pessoal foi o que teve o menor aumento, onde seu crescimento médio foi de 48%. (Tabela 1).

A análise dos gastos com saúde nas capitais brasileiras durante o período pandêmico revelou grandes disparidades entre os valores investidos por cada município, com São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba apresentando os maiores gastos. (Tabela 2)

Tabela 1. Gastos (em R\$) em cada cidade durante a pandemia do COVID-19.

Cidade	Ano	Atualização Monetária dos Gastos com Saúde (INPC 2025)	Gastos com Saúde (Per Capita)	Atualização Monetária dos Gastos com Educação (INPC 2025)	Gastos com Educação (Per Capita)	Atualização Monetária dos Gastos com Pessoal (INPC 2025)	Gastos com Pessoal (Per Capita)	Receita Corrente Líquida (R\$)	% Saúde sobre RCL	% Educação sobre RCL	% Pessoal sobre RCL
Aracaju SE	2019	R\$ 541.129.668,79	R\$ 804,52	R\$ 268.938.972,78	R\$ 399,84	R\$ 2.464.258.916,56	R\$ 3.663,70	R\$ 1.799.165.373,51	22%	11%	101%
Aracaju SE	2020	R\$ 640.176.819,00	R\$ 951,77	R\$ 263.059.481,69	R\$ 391,10	R\$ 1.511.277.939,33	R\$ 2.246,87	R\$ 1.925.885.460,37	26%	11%	61%
Aracaju SE	2021	R\$ 619.185.693,82	R\$ 920,57	R\$ 269.123.108,53	R\$ 400,12	R\$ 1.461.906.525,72	R\$ 2.173,47	R\$ 1.964.803.908,08	27%	12%	64%
Aracaju SE	2022	R\$ 602.660.564,71	R\$ 896,00	R\$ 377.146.300,99	R\$ 560,72	R\$ 1.566.896.426,97	R\$ 2.329,56	R\$ 2.359.403.705,18	23%	15%	61%
Aracaju SE	2023	R\$ 642.967.915,67	R\$ 955,92	R\$ 445.953.028,02	R\$ 663,01	R\$ 1.716.089.390,45	R\$ 2.551,37	R\$ 2.564.443.273,48	24%	17%	64%
Belém PA	2019	R\$ 1.342.644.665,08	R\$ 960,04	R\$ 700.034.147,07	R\$ 500,55	R\$ 2.108.924.367,65	R\$ 1.507,96	R\$ 3.016.784.339,52	33%	17%	52%
Belém PA	2020	R\$ 992.053.046,75	R\$ 709,35	R\$ 440.898.905,30	R\$ 315,26	R\$ 1.697.651.483,74	R\$ 1.213,88	R\$ 3.176.864.323,43	24%	11%	42%
Belém PA	2021	R\$ 1.233.067.533,95	R\$ 881,69	R\$ 601.200.071,01	R\$ 429,88	R\$ 2.082.591.090,38	R\$ 1.489,13	R\$ 3.345.719.326,29	32%	15%	54%
Belém PA	2022	R\$ 1.259.914.786,49	R\$ 900,88	R\$ 722.533.902,85	R\$ 516,64	R\$ 2.258.345.167,88	R\$ 1.614,80	R\$ 4.034.913.967,47	29%	16%	51%
Belém PA	2023	R\$ 1.387.256.672,49	R\$ 991,94	R\$ 783.990.681,70	R\$ 560,58	R\$ 2.436.175.361,60	R\$ 1.741,95	R\$ 4.076.757.350,19	32%	18%	57%
Belo Horizonte MG	2019	R\$ 4.451.181.732,62	R\$ 1.842,12	R\$ 2.186.462.040,41	R\$ 904,87	R\$ 5.997.909.494,50	R\$ 2.482,23	R\$ 10.311.747.712,00	32%	16%	43%
Belo Horizonte MG	2020	R\$ 4.564.197.979,57	R\$ 1.888,89	R\$ 2.139.408.646,00	R\$ 885,39	R\$ 6.130.180.695,85	R\$ 2.536,97	R\$ 11.295.269.139,39	31%	15%	42%
Belo Horizonte MG	2021	R\$ 4.631.749.938,19	R\$ 1.916,85	R\$ 1.921.776.900,16	R\$ 795,33	R\$ 5.613.068.268,97	R\$ 2.322,96	R\$ 12.737.318.874,08	31%	13%	38%
Belo Horizonte MG	2022	R\$ 4.490.862.027,30	R\$ 1.858,54	R\$ 2.413.435.568,50	R\$ 998,80	R\$ 6.468.682.469,17	R\$ 2.677,06	R\$ 13.669.572.261,96	30%	16%	43%
Belo Horizonte MG	2023	R\$ 4.735.796.884,57	R\$ 1.959,91	R\$ 2.683.091.974,45	R\$ 1.110,40	R\$ 6.664.360.889,16	R\$ 2.758,04	R\$ 15.265.201.721,29	29%	17%	41%
Boa Vista PR	2019	R\$ 287.060.509,33	R\$ 657,50	R\$ 405.533.009,70	R\$ 928,86	R\$ 782.271.700,64	R\$ 1.791,77	R\$ 1.236.702.665,81	17%	24%	47%
Boa Vista PR	2020	R\$ 316.026.317,29	R\$ 723,85	R\$ 389.976.102,91	R\$ 893,23	R\$ 841.585.852,00	R\$ 1.927,63	R\$ 1.390.365.409,49	18%	22%	47%
Boa Vista PR	2021	R\$ 296.468.615,63	R\$ 679,05	R\$ 468.676.721,07	R\$ 1.073,49	R\$ 854.246.752,12	R\$ 1.956,63	R\$ 1.495.303.829,27	17%	27%	50%
Boa Vista PR	2022	R\$ 357.871.856,11	R\$ 819,70	R\$ 554.919.250,38	R\$ 1.271,03	R\$ 992.999.775,07	R\$ 2.274,44	R\$ 1.772.796.003,81	18%	29%	51%
Boa Vista PR	2023	R\$ 406.880.700,86	R\$ 931,95	R\$ 542.265.680,02	R\$ 1.242,05	R\$ 1.084.963.698,25	R\$ 2.485,08	R\$ 1.941.291.769,18	20%	27%	53%
Campo Grande MS	2019	R\$ 1.550.654.843,12	R\$ 1.624,51	R\$ 1.200.446.766,31	R\$ 1.257,62	R\$ 2.829.370.924,65	R\$ 2.964,13	R\$ 3.459.373.536,23	33%	26%	60%
Campo Grande MS	2020	R\$ 1.774.976.490,42	R\$ 1.859,52	R\$ 1.165.345.223,44	R\$ 1.220,85	R\$ 3.017.783.448,85	R\$ 3.161,52	R\$ 3.811.894.494,89	36%	24%	62%
Campo Grande MS	2021	R\$ 1.807.941.767,73	R\$ 1.894,05	R\$ 1.117.714.917,84	R\$ 1.170,95	R\$ 3.027.710.696,00	R\$ 3.171,92	R\$ 4.031.810.023,19	39%	24%	65%
Campo Grande MS	2022	R\$ 1.716.006.886,50	R\$ 1.797,74	R\$ 1.065.985.957,37	R\$ 1.116,76	R\$ 3.152.666.696,84	R\$ 3.302,82	R\$ 4.549.373.906,43	34%	21%	63%
Campo Grande MS	2023	R\$ 1.747.610.542,09	R\$ 1.830,85	R\$ 1.074.669.297,17	R\$ 1.125,85	R\$ 3.055.541.218,08	R\$ 3.201,07	R\$ 4.892.360.388,58	34%	21%	59%
Quiabá MT	2019	R\$ 979.151.169,05	R\$ 1.540,51	R\$ 614.592.696,19	R\$ 966,94	R\$ 1.685.313.762,21	R\$ 2.651,52	R\$ 2.166.511.943,60	33%	21%	57%
Quiabá MT	2020	R\$ 1.202.117.191,24	R\$ 1.891,30	R\$ 575.176.735,50	R\$ 904,93	R\$ 1.728.224.765,49	R\$ 2.719,03	R\$ 2.483.715.621,39	38%	18%	54%
Quiabá MT	2021	R\$ 1.290.328.758,83	R\$ 2.030,09	R\$ 514.154.440,67	R\$ 808,92	R\$ 1.666.485.847,67	R\$ 2.621,90	R\$ 2.795.772.850,71	40%	16%	51%
Quiabá MT	2022	R\$ 1.158.089.792,76	R\$ 1.822,03	R\$ 704.891.997,30	R\$ 1.109,01	R\$ 1.835.753.118,56	R\$ 2.888,21	R\$ 3.084.950.862,75	34%	21%	54%
Quiabá MT	2023	R\$ 1.199.657.226,49	R\$ 1.887,43	R\$ 744.477.753,79	R\$ 1.171,29	R\$ 1.947.455.629,76	R\$ 3.063,95	R\$ 3.498.424.776,74	33%	20%	53%
Quitituba PR	2019	R\$ 2.476.029.310,41	R\$ 1.353,59	R\$ 1.667.352.885,75	R\$ 911,51	R\$ 5.500.046.972,04	R\$ 3.006,76	R\$ 7.756.227.839,94	24%	16%	52%
Quitituba PR	2020	R\$ 2.581.025.327,81	R\$ 1.410,99	R\$ 1.507.372.823,72	R\$ 824,05	R\$ 5.552.020.040,37	R\$ 3.035,18	R\$ 7.674.166.091,06	26%	15%	56%
Quitituba PR	2021	R\$ 2.716.215.350,59	R\$ 1.484,90	R\$ 1.338.640.302,60	R\$ 731,81	R\$ 5.089.143.597,90	R\$ 2.782,13	R\$ 8.709.982.830,89	27%	13%	50%
Quitituba PR	2022	R\$ 2.554.249.079,36	R\$ 1.396,36	R\$ 1.779.104.819,14	R\$ 972,60	R\$ 5.828.442.115,68	R\$ 3.186,29	R\$ 9.523.432.768,41	25%	17%	56%
Quitituba PR	2023	R\$ 2.864.957.847,59	R\$ 1.566,21	R\$ 1.761.790.197,17	R\$ 963,13	R\$ 5.987.947.452,24	R\$ 3.273,49	R\$ 10.400.167.684,18	26%	16%	55%
Florianópolis SC	2019	R\$ 461.861.389,02	R\$ 894,17	R\$ 651.538.685,11	R\$ 1.261,39	R\$ 1.567.933.738,29	R\$ 3.035,55	R\$ 1.812.443.676,51	19%	27%	64%
Florianópolis SC	2020	R\$ 441.646.477,84	R\$ 855,04	R\$ 556.490.335,28	R\$ 1.077,38	R\$ 1.508.913.463,17	R\$ 2.921,28	R\$ 1.918.629.688,06	18%	23%	61%
Florianópolis SC	2021	R\$ 459.141.837,79	R\$ 888,91	R\$ 627.193.612,25	R\$ 1.214,26	R\$ 1.494.454.023,22	R\$ 2.893,29	R\$ 2.143.783.440,92	18%	25%	60%
Florianópolis SC	2022	R\$ 486.550.257,97	R\$ 941,97	R\$ 716.724.967,67	R\$ 1.387,59	R\$ 1.554.230.814,31	R\$ 3.009,02	R\$ 2.562.201.340,62	17%	26%	55%
Florianópolis SC	2023	R\$ 525.928.268,42	R\$ 1.018,21	R\$ 827.784.423,75	R\$ 1.602,61	R\$ 1.904.500.691,25	R\$ 3.687,15	R\$ 2.999.978.900,45	17%	26%	60%
Fortaleza CE	2019	R\$ 2.923.440.966,09	R\$ 1.135,58	R\$ 1.899.799.185,82	R\$ 737,95	R\$ 5.317.263.262,61	R\$ 2.065,43	R\$ 6.904.910.379,22	31%	20%	57%
Fortaleza CE	2020	R\$ 3.304.043.878,42	R\$ 1.283,42	R\$ 1.927.647.998,96	R\$ 748,77	R\$ 5.425.311.003,90	R\$ 2.107,40	R\$ 7.109.305.652,00	36%	21%	59%
Fortaleza CE	2021	R\$ 2.789.268.180,19	R\$ 1.083,46	R\$ 2.039.867.513,66	R\$ 792,36	R\$ 5.042.472.635,44	R\$ 1.958,69	R\$ 7.702.279.867,57	31%	23%	56%
Fortaleza CE	2022	R\$ 2.843.614.185,77	R\$ 1.104,57	R\$ 2.485.004.865,16	R\$ 965,27	R\$ 5.967.594.317,20	R\$ 2.318,04	R\$ 8.930.251.958,43	29%	25%	61%
Fortaleza CE	2023	R\$ 3.260.095.224,78	R\$ 1.266,35	R\$ 2.701.663.483,73	R\$ 1.049,43	R\$ 6.493.772.821,25	R\$ 2.522,43	R\$ 10.110.743.386,45	31%	25%	61%
Goiânia GO	2019	R\$ 1.697.004.145,19	R\$ 1.135,42	R\$ 1.423.089.801,45	R\$ 952,15	R\$ 3.815.486.409,95	R\$ 2.552,85	R\$ 4.667.164.385,09	27%	23%	60%
Goiânia GO	2020	R\$ 2.025.734.433,79	R\$ 1.355,37	R\$ 1.398.556.629,29	R\$ 935,74	R\$ 3.935.361.109,53	R\$ 2.633,05	R\$ 5.445.982.061,09	29%	20%	56%
Goiânia GO	2021	R\$ 1.906.566.986,71	R\$ 1.275,64	R\$ 1.288.464.207,15	R\$ 862,08	R\$ 3.824.480.896,45	R\$ 2.558,87	R\$ 5.698.354.565,80	29%	20%	58%
Goiânia GO	2022	R\$ 1.820.980.883,53	R\$ 1.218,37	R\$ 1.575.799.776,71	R\$ 1.054,33	R\$ 3.984.634.874,82	R\$ 2.666,02	R\$ 6.769.986.625,19	25%	21%	54%
Goiânia GO	2023	R\$ 1.964.582.446,39	R\$ 1.314,45	R\$ 1.653.848.196,44	R\$ 1.106,55	R\$ 4.769.220.468,60	R\$ 3.190,97	R\$ 7.294.063.437,63	26%	22%	62%
João Pessoa PB	2019	R\$ 858.390.503,57	R\$ 965,92	R\$ 502.161.795,05	R\$ 565,07	R\$ 1.721.221.803,17	R\$ 1.936,83	R\$ 2.108.503.447,09	30%	18%	60%
João Pessoa PB	2020	R\$ 924.204.738,11	R\$ 1.039,98	R\$ 538.484.471,89	R\$ 605,94	R\$ 1.781.558.485,27	R\$ 2.004,73	R\$ 2.322.215.439,10	31%	18%	60%
João Pessoa PB	2021	R\$ 907.761.562,28	R\$ 1.021,47	R\$ 446.407.681,42	R\$ 502,33	R\$ 1.806.726.408,18	R\$ 2.033,05	R\$ 2.521.402.137,41	31%	15%	62%
João Pessoa PB	2022	R\$ 979.291.210,69	R\$ 1.101,96	R\$ 604.431.545,72	R\$ 680,15	R\$ 1.976.323.934,84	R\$ 2.223,89	R\$ 2.989.485.322,88	30%	18%	60%
João Pessoa PB	2023	R\$ 1.087.773.529,34	R\$ 1.224,03	R\$ 703.383.404,76	R\$ 791,49	R\$ 2.189.323.264,99	R\$ 2.463,57	R\$ 3.547.160.448,83	29%	19%	59%
Macapá AP	2019	R\$ 201.121.662,48	R\$ 364,10	R\$ 250.851.700,53	R\$ 454,13	R\$ 664.064.420,73	R\$ 1.202,19	R\$ 773.757.995,73	19%	24%	63%
Macapá AP	2020	R\$ 284.726.671,24	R\$ 515,45	R\$ 254.585.758,51	R\$ 460,89	R\$ 667.334.093,52	R\$ 1.208,10	R\$ 916.496.349,90	24%	22%	57%
Macapá AP	2021	R\$ 269.498.689,17	R\$ 487,89	R\$ 269.677.000,49	R\$ 488,21	R\$ 676.700.664,96	R\$ 1.225,06	R\$ 1.415.399.654,87	16%	16%	41%
Macapá AP	2022	R\$ 143.067.793,94	R\$ 259,00	R\$ 257.204.527,29	R\$ 465,63	R\$ 440.487.973,11	R\$ 797,44	R\$ 1.271.598.978,66	10%	18%	32%
Macapá AP	2023	R\$ 346.336.228,76	R\$ 626,99	R\$ 406.390.950,90	R\$ 735,71	R\$ 911.231.433,28	R\$ 1.649,64	R\$ 1.488.506.370,10	22%	26%	58%
Maceió AL	2019	R\$ 961.194.084,38	R\$ 966,54	R\$ 448.411.627,08	R\$ 450,91	R\$ 1.755.043.514,22	R\$ 1.764,81	R\$ 2.234.163.399,14	32%	15%	58%
Maceió AL	2020	R\$ 1.005.306.021,26	R\$ 1.010,90	R\$ 410.490.292,56	R\$ 412,78	R\$ 1.630.361.796,72	R\$ 1.639,44	R\$ 2.728.599.142,24	29%	12%	46%
Maceió AL	2021	R\$ 876.470.193,68	R\$ 881,35	R\$ 446.269.105,30	R\$ 448,75	R\$ 1.642.074.934,05	R\$ 1.651,22	R\$ 2.558.813.938,95	30%	15%	55%
Maceió AL	2022	R\$ 939.446.523,46	R\$ 944,68	R\$ 792.548.026,39	R\$ 796,96	R\$ 1.886.442.652,63	R\$ 1.896,94	R\$ 3.121.637.592,82	28%	23%	55%
Maceió AL	2023	R\$ 1.342.609.897,34	R\$ 1.350,08	R\$ 645.295.963,28	R\$ 648,89	R\$ 1.914.246.103,29	R\$ 1.924,90	R\$ 4.153.525.153,12	31%	15%	44%
Manaus AM	2019	R\$ 1.153.642.569,99	R\$ 506,05	R\$ 1.797.497.329,55	R\$ 788,48	R\$ 3.392.174.919,12	R\$ 1.488,00	R\$ 4.800.366.231,45	18%	28%	52%
Manaus AM	2020	R\$ 1.436.256.888,48	R\$ 630,02	R\$ 1.814.485.512,20	R\$ 795,94	R\$ 3.441.451.675,93	R\$ 1.509,62	R\$ 5.311.265.714,79	21%	27%	50%
Manaus AM	2021	R\$ 1.177.055.593,63	R\$ 516,32	R\$ 1.752.048.878,82	R\$ 768,55	R\$ 3.325.155.652,18	R\$ 1.458,60	R\$ 5.955.345.074,04	17%	25%	48%
Manaus AM	2022	R\$ 1.381.882.322,89	R\$ 606,17	R\$ 2.065.201.287,36	R\$ 905,91	R\$ 3.624.960.797,31	R\$ 1.590,11	R\$ 7.045.798.538,09	18%	27%</	

Tabela 1. Gastos (em R\$) em cada cidade durante a pandemia do COVID-19. (Continuação).

Cidade	Ano	Atualização Monetária dos Gastos com Saúde (INPC 2025)	Gastos com Saúde (Per Capita)	Atualização Monetária dos Gastos com Educação (INPC 2025)	Gastos com Educação (Per Capita)	Atualização Monetária dos Gastos com Pessoal (INPC 2025)	Gastos com Pessoal (Per Capita)	Receita Corrente Líquida (R\$)	%Saúde sobre RCL	%Educação sobre RCL	%Pessoal sobre RCL
Natal RN	2019	R\$ 806.351.162,57	R\$ 1.026,72	R\$ 487.059.586,77	R\$ 620,17	R\$ 1.603.402.358,45	R\$ 2.041,59	R\$ 2.294.400.000,00	26%	16%	52%
Natal RN	2020	R\$ 903.744.418,88	R\$ 1.150,73	R\$ 489.066.778,72	R\$ 622,72	R\$ 1.558.795.323,35	R\$ 1.984,80	R\$ 2.436.135.115,60	29%	16%	50%
Natal RN	2021	R\$ 952.547.286,81	R\$ 1.212,87	R\$ 406.688.724,71	R\$ 517,83	R\$ 1.509.489.995,77	R\$ 1.922,02	R\$ 2.628.810.051,71	31%	13%	50%
Natal RN	2022	R\$ 1.045.148.182,71	R\$ 1.330,78	R\$ 487.523.839,41	R\$ 620,76	R\$ 1.672.750.256,69	R\$ 2.129,89	R\$ 2.958.026.625,88	32%	15%	52%
Natal RN	2023	R\$ 1.147.391.386,00	R\$ 1.460,96	R\$ 537.969.350,63	R\$ 684,99	R\$ 1.710.355.593,56	R\$ 2.177,78	R\$ 3.429.412.819,39	32%	15%	47%
Palmas TO	2019	R\$ 284.207.698,92	R\$ 879,37	R\$ 386.059.313,94	R\$ 1.194,52	R\$ 830.762.694,82	R\$ 2.570,48	R\$ 1.129.146.616,90	19%	25%	54%
Palmas TO	2020	R\$ 319.189.331,64	R\$ 987,61	R\$ 395.342.228,30	R\$ 1.223,24	R\$ 917.628.404,01	R\$ 2.839,26	R\$ 1.247.193.280,58	20%	25%	57%
Palmas TO	2021	R\$ 328.847.768,80	R\$ 1.017,50	R\$ 394.029.067,73	R\$ 1.219,18	R\$ 899.560.564,75	R\$ 2.783,35	R\$ 1.344.963.208,12	21%	25%	58%
Palmas TO	2022	R\$ 354.179.187,13	R\$ 1.095,88	R\$ 520.103.431,83	R\$ 1.609,27	R\$ 1.057.427.976,23	R\$ 3.271,82	R\$ 1.632.160.475,18	20%	29%	59%
Palmas TO	2023	R\$ 353.113.136,53	R\$ 1.092,58	R\$ 542.388.917,80	R\$ 1.678,22	R\$ 1.096.019.367,18	R\$ 3.391,22	R\$ 1.833.597.740,64	18%	28%	57%
Porto Alegre RS	2019	R\$ 1.830.667.213,20	R\$ 1.317,67	R\$ 778.532.358,30	R\$ 560,37	R\$ 4.307.978.441,66	R\$ 3.100,78	R\$ 6.018.409.345,64	22%	10%	53%
Porto Alegre RS	2020	R\$ 2.231.645.138,61	R\$ 1.606,28	R\$ 1.309.153.086,29	R\$ 942,30	R\$ 4.438.479.896,83	R\$ 3.194,71	R\$ 6.757.824.902,97	26%	15%	51%
Porto Alegre RS	2021	R\$ 2.042.840.151,45	R\$ 1.470,39	R\$ 754.746.928,71	R\$ 543,25	R\$ 5.323.142.917,33	R\$ 3.831,47	R\$ 7.274.848.902,11	24%	9%	63%
Porto Alegre RS	2022	R\$ 1.998.331.699,02	R\$ 1.438,35	R\$ 973.766.116,16	R\$ 700,89	R\$ 5.255.977.645,35	R\$ 3.783,12	R\$ 7.604.044.203,13	24%	12%	63%
Porto Alegre RS	2023	R\$ 2.737.102.856,76	R\$ 1.970,10	R\$ 936.779.088,69	R\$ 674,27	R\$ 5.533.784.263,81	R\$ 3.983,08	R\$ 8.454.559.211,21	31%	11%	62%
Porto Velho RO	2019	R\$ 429.061.462,12	R\$ 795,51	R\$ 403.818.815,20	R\$ 748,71	R\$ 1.112.520.572,58	R\$ 2.062,69	R\$ 1.280.210.107,36	25%	23%	64%
Porto Velho RO	2020	R\$ 490.205.519,99	R\$ 908,88	R\$ 389.932.079,84	R\$ 722,96	R\$ 1.175.145.821,06	R\$ 2.178,80	R\$ 1.430.910.088,97	27%	21%	64%
Porto Velho RO	2021	R\$ 505.507.200,73	R\$ 937,25	R\$ 383.811.166,46	R\$ 711,61	R\$ 1.133.657.126,76	R\$ 2.101,88	R\$ 1.591.001.456,56	27%	21%	61%
Porto Velho RO	2022	R\$ 520.569.334,34	R\$ 965,17	R\$ 478.174.466,18	R\$ 886,57	R\$ 1.263.721.871,06	R\$ 2.343,03	R\$ 1.892.592.392,24	25%	23%	61%
Porto Velho RO	2023	R\$ 592.577.173,12	R\$ 1.098,68	R\$ 562.645.014,82	R\$ 1.043,18	R\$ 1.334.780.871,25	R\$ 2.474,78	R\$ 1.949.952.248,88	29%	27%	65%
Recife PE	2019	R\$ 1.549.451.947,83	R\$ 975,91	R\$ 1.198.261.487,51	R\$ 754,71	R\$ 3.615.210.960,27	R\$ 2.277,00	R\$ 4.592.664.885,17	25%	19%	58%
Recife PE	2020	R\$ 1.992.040.767,64	R\$ 1.254,67	R\$ 1.041.724.286,50	R\$ 656,12	R\$ 3.541.357.975,10	R\$ 2.230,49	R\$ 4.849.331.187,73	32%	17%	57%
Recife PE	2021	R\$ 1.686.170.129,77	R\$ 1.062,02	R\$ 1.005.190.009,36	R\$ 633,11	R\$ 3.416.059.257,33	R\$ 2.151,57	R\$ 5.363.504.613,06	27%	16%	55%
Recife PE	2022	R\$ 1.632.914.408,88	R\$ 1.028,47	R\$ 1.274.942.450,22	R\$ 803,01	R\$ 3.529.723.430,99	R\$ 2.223,16	R\$ 6.142.682.045,66	24%	19%	53%
Recife PE	2023	R\$ 1.718.421.843,35	R\$ 1.082,33	R\$ 1.522.797.811,99	R\$ 959,12	R\$ 3.849.750.122,62	R\$ 2.424,72	R\$ 6.737.482.663,22	24%	21%	54%
Rio Branco AC	2019	R\$ 166.034.054,77	R\$ 395,84	R\$ 232.832.030,23	R\$ 555,09	R\$ 601.326.228,77	R\$ 1.433,60	R\$ 881.708.021,57	14%	20%	50%
Rio Branco AC	2020	R\$ 169.404.631,85	R\$ 403,87	R\$ 199.023.350,67	R\$ 474,48	R\$ 601.379.270,25	R\$ 1.433,73	R\$ 927.921.067,20	14%	17%	50%
Rio Branco AC	2021	R\$ 160.179.270,89	R\$ 381,88	R\$ 206.452.705,83	R\$ 492,20	R\$ 569.575.967,14	R\$ 1.357,90	R\$ 1.068.861.803,01	13%	17%	46%
Rio Branco AC	2022	R\$ 222.811.460,29	R\$ 531,20	R\$ 241.620.490,43	R\$ 576,04	R\$ 706.366.978,00	R\$ 1.684,02	R\$ 1.381.547.597,20	15%	16%	47%
Rio Branco AC	2023	R\$ 275.147.592,63	R\$ 655,97	R\$ 325.368.297,92	R\$ 775,70	R\$ 861.585.590,48	R\$ 2.054,07	R\$ 1.491.308.454,32	18%	21%	55%
Rio de Janeiro RJ	2019	R\$ 5.157.341.181,32	R\$ 766,33	R\$ 5.953.610.538,49	R\$ 884,65	R\$ 22.309.255.215,17	R\$ 3.314,95	R\$ 22.623.367.336,30	17%	19%	73%
Rio de Janeiro RJ	2020	R\$ 5.221.271.158,91	R\$ 775,83	R\$ 5.243.438.949,54	R\$ 779,13	R\$ 20.874.303.165,42	R\$ 3.101,73	R\$ 23.426.419.626,96	17%	17%	69%
Rio de Janeiro RJ	2021	R\$ 5.182.719.241,78	R\$ 770,10	R\$ 5.358.277.722,29	R\$ 796,19	R\$ 20.345.867.803,82	R\$ 3.023,21	R\$ 30.765.532.631,21	15%	15%	57%
Rio de Janeiro RJ	2022	R\$ 6.689.038.852,88	R\$ 993,93	R\$ 5.679.497.587,33	R\$ 843,92	R\$ 20.644.619.064,15	R\$ 3.067,60	R\$ 30.333.657.134,04	20%	17%	62%
Rio de Janeiro RJ	2023	R\$ 6.923.289.881,81	R\$ 1.028,74	R\$ 6.185.732.725,09	R\$ 919,14	R\$ 21.908.626.803,09	R\$ 3.255,42	R\$ 31.841.247.193,61	21%	18%	65%
Salvador BA	2019	R\$ 2.016.979.231,10	R\$ 785,14	R\$ 1.705.605.657,24	R\$ 663,94	R\$ 3.988.142.794,55	R\$ 1.552,45	R\$ 6.097.977.544,36	24%	21%	48%
Salvador BA	2020	R\$ 2.355.887.756,44	R\$ 917,07	R\$ 1.624.473.243,55	R\$ 632,35	R\$ 3.913.263.000,56	R\$ 1.523,31	R\$ 6.503.118.245,14	28%	19%	47%
Salvador BA	2021	R\$ 2.293.461.333,82	R\$ 892,77	R\$ 1.541.816.548,11	R\$ 600,18	R\$ 3.504.220.254,11	R\$ 1.364,08	R\$ 7.011.664.408,72	28%	19%	43%
Salvador BA	2022	R\$ 2.149.419.249,88	R\$ 836,70	R\$ 1.891.410.434,54	R\$ 736,26	R\$ 3.534.368.758,25	R\$ 1.375,81	R\$ 8.551.876.728,04	23%	20%	38%
Salvador BA	2023	R\$ 2.348.465.385,83	R\$ 914,18	R\$ 2.107.157.660,87	R\$ 820,25	R\$ 3.804.074.020,99	R\$ 1.480,80	R\$ 9.119.567.392,43	24%	22%	40%
São Luís MA	2019	R\$ 1.092.989.522,02	R\$ 1.004,53	R\$ 745.627.686,54	R\$ 685,28	R\$ 2.088.100.147,26	R\$ 1.919,11	R\$ 2.991.884.457,21	27%	18%	52%
São Luís MA	2020	R\$ 1.112.500.742,18	R\$ 1.022,47	R\$ 776.617.496,79	R\$ 713,77	R\$ 2.082.504.202,94	R\$ 1.913,97	R\$ 3.275.359.737,34	26%	18%	49%
São Luís MA	2021	R\$ 1.066.642.043,36	R\$ 980,32	R\$ 688.652.566,65	R\$ 632,92	R\$ 1.970.990.934,85	R\$ 1.811,48	R\$ 3.521.418.170,83	26%	17%	48%
São Luís MA	2022	R\$ 1.090.551.722,86	R\$ 1.002,29	R\$ 691.439.121,32	R\$ 635,48	R\$ 2.042.170.161,11	R\$ 1.876,90	R\$ 4.288.276.886,86	23%	15%	44%
São Luís MA	2023	R\$ 1.254.246.463,70	R\$ 1.152,74	R\$ 941.344.728,82	R\$ 865,16	R\$ 2.297.043.400,13	R\$ 2.111,14	R\$ 4.780.215.212,06	25%	19%	46%
São Paulo SP	2019	R\$ 14.305.035.624,34	R\$ 1.202,55	R\$ 16.011.712.443,37	R\$ 1.346,02	R\$ 33.394.385.905,29	R\$ 2.807,29	R\$ 54.166.943.978,98	20%	22%	46%
São Paulo SP	2020	R\$ 16.315.263.244,07	R\$ 1.371,54	R\$ 14.077.918.386,42	R\$ 1.183,46	R\$ 33.350.368.779,19	R\$ 2.803,59	R\$ 58.886.716.512,71	22%	19%	44%
São Paulo SP	2021	R\$ 16.768.910.395,16	R\$ 1.409,68	R\$ 15.881.726.267,21	R\$ 1.335,09	R\$ 30.976.811.278,90	R\$ 2.604,06	R\$ 68.306.630.676,06	21%	20%	39%
São Paulo SP	2022	R\$ 18.228.749.868,42	R\$ 1.532,40	R\$ 17.571.575.867,72	R\$ 1.477,15	R\$ 34.797.874.587,52	R\$ 2.925,28	R\$ 78.722.612.372,98	21%	20%	40%
São Paulo SP	2023	R\$ 19.454.857.515,09	R\$ 1.635,47	R\$ 19.580.280.386,27	R\$ 1.646,01	R\$ 37.987.723.027,99	R\$ 3.193,43	R\$ 83.093.361.858,59	22%	22%	43%
Teresina PI	2019	R\$ 1.434.205.126,96	R\$ 1.588,89	R\$ 673.419.887,63	R\$ 746,05	R\$ 2.125.078.502,62	R\$ 2.354,28	R\$ 2.756.546.138,21	38%	18%	57%
Teresina PI	2020	R\$ 1.797.900.955,05	R\$ 1.991,82	R\$ 644.094.339,14	R\$ 713,56	R\$ 2.137.412.789,13	R\$ 2.367,95	R\$ 2.934.201.301,29	48%	17%	57%
Teresina PI	2021	R\$ 1.517.678.370,16	R\$ 1.681,37	R\$ 618.958.991,62	R\$ 685,72	R\$ 2.157.216.678,65	R\$ 2.389,89	R\$ 3.138.406.977,37	42%	17%	59%
Teresina PI	2022	R\$ 1.486.311.008,96	R\$ 1.646,62	R\$ 754.380.563,36	R\$ 835,75	R\$ 2.272.983.009,90	R\$ 2.518,14	R\$ 3.555.119.067,21	38%	19%	58%
Teresina PI	2023	R\$ 1.527.031.424,23	R\$ 1.691,73	R\$ 880.603.739,90	R\$ 975,58	R\$ 2.392.966.476,99	R\$ 2.651,06	R\$ 3.869.015.081,45	37%	22%	59%
Vitória ES	2019	R\$ 356.945.757,93	R\$ 975,65	R\$ 566.763.563,10	R\$ 1.549,15	R\$ 1.353.792.912,32	R\$ 3.700,35	R\$ 1.750.246.461,55	15%	24%	57%
Vitória ES	2020	R\$ 353.544.664,17	R\$ 966,35	R\$ 504.275.587,08	R\$ 1.378,35	R\$ 1.287.144.660,09	R\$ 3.518,18	R\$ 1.868.019.147,28	15%	21%	54%
Vitória ES	2021	R\$ 306.425.161,66	R\$ 837,56	R\$ 468.842.621,93	R\$ 1.281,50	R\$ 1.136.171.461,69	R\$ 3.105,52	R\$ 2.135.336.701,90	12%	19%	46%
Vitória ES	2022	R\$ 329.538.573,08	R\$ 900,74	R\$ 597.228.716,54	R\$ 1.632,42	R\$ 1.255.109.624,35	R\$ 3.430,62	R\$ 2.427.798.228,47	12%	22%	47%
Vitória ES	2023	R\$ 393.560.849,39	R\$ 1.075,73	R\$ 670.682.224,48	R\$ 1.833,19	R\$ 1.375.971.061,72	R\$ 3.760,97	R\$ 2.764.915.923,33	14%	23%	47%

4.1 Maiores Gastos com Saúde

Dentre as capitais analisadas, São Paulo (SP) apresentou o maior volume de recursos destinados à saúde, totalizando R\$ 72,8 bilhões no período estudado de 5 anos. Em seguida, o Rio de Janeiro (RJ) teve um investimento de R\$ 25,0 bilhões, seguido por Belo Horizonte (MG), que alcançou R\$ 19,4 bilhões. Fortaleza (CE) e Curitiba (PR) também se destacaram, com valores de R\$ 12,8 bilhões e R\$ 11,2 bilhões, respectivamente. (Tabela 2.)

Tabela 2. Os 5 Maiores gastos com saúde entre as capitais brasileiras analisadas durante os anos de 2019 à 2023.

Soma de “ Gastos com Saúde (R\$) ”	
Cidade	Total
São Paulo SP	R\$ 72.847.095.075,08
Rio de Janeiro RJ	R\$ 25.026.257.159,76
Belo Horizonte MG	R\$ 19.432.648.038,13
Fortaleza CE	R\$ 12.828.430.284,78
Curitiba PR	R\$ 11.233.182.568,18
Total geral	R\$ 141.367.613.125,93

São Paulo lidera o ranking com um gasto significativo de R\$ 72.847.095.075,08, (tabela 2) o que pode ser justificado pela sua grande população, alta demanda por serviços de saúde e a necessidade de reforçar o sistema de saúde devido ao grande número de casos registrados. Esse valor expressivo indica uma resposta robusta da cidade para enfrentar a crise sanitária, mas também reflete a complexidade da gestão de recursos em uma metrópole de grande porte.

Rio de Janeiro segue com R\$ 25.026.257.159,76, (tabela 2) um valor considerável, porém substancialmente inferior ao de São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro, que também possui uma população grande, enfrentou desafios econômicos próprios, o que pode ter influenciado a alocação de recursos.

Belo Horizonte, com R\$ 19.432.648.038,13, e Fortaleza, com R\$ 12.828.430.284,78, (tabela 2) apresentam valores significativamente menores, o que pode ser atribuído a uma combinação de fatores, como o porte da cidade, as particularidades locais e os diferentes impactos econômicos e sociais da pandemia em cada região.

Curitiba, com R\$ 11.233.182.568,18, (tabela 2) completa o grupo das cinco capitais com os maiores gastos em saúde. O valor, embora inferior aos dos primeiros colocados, também demonstra uma resposta significativa da cidade no enfrentamento da crise sanitária.

A disparidade entre os gastos também reflete as diferentes realidades econômicas, demográficas e fiscais enfrentadas por cada cidade, o que pode ter influenciado as decisões dos gestores públicos.

4.2 Capitais com Maiores Aumentos Percentuais em Saúde e Educação

Ao analisar o crescimento percentual dos gastos, verificou-se que cidades de menor porte tiveram os aumentos mais expressivos. Macapá (AP) apresentou um crescimento de 121% nos gastos com saúde e 108% em educação, evidenciando um esforço significativo na reação à pandemia. Outro destaque foi Rio Branco (AC), que aumentou os gastos em 113% na saúde e 84% no setor pessoal. Esses valores indicam que, embora os maiores montantes absolutos tenham sido investidos por grandes capitais, o impacto relativo da pandemia nos gastos foi maior em cidades com menor orçamento. (Tabela 3).

Tabela 3. Valores em porcentagem do crescimento dos valores gastos com saúde, educação e pessoal. Dados retirados da pesquisa que consta na tabela 1.

Cidade	Crescimento em % dos valores gastos com Saúde	Crescimento em % dos valores gastos com Educação	Crescimento em % dos valores gastos com Pessoal
Macapá AP	121%	108%	76%
Rio Branco AC	113%	80%	84%
Porto Alegre RS	92%	55%	65%
Natal RN	83%	42%	37%
Boa Vista PR	82%	72%	78%

Esses aumentos percentuais indicam que, em muitos casos, as capitais precisaram realocar recursos de forma urgente para lidar com a pressão da pandemia sobre seus sistemas de saúde, educação e administração pública. A variação expressiva nos gastos reflete a intensidade e a rapidez com que as gestões municipais precisaram adaptar suas políticas públicas para enfrentar uma crise de caráter mundial.

4.3 Gastos Per Capita

A comparação per capita é fundamental porque permite analisar os investimentos de forma proporcional à população de cada capital, tornando os dados mais justos e comparáveis. Se fosse feita apenas uma comparação do valor bruto total, cidades com grandes populações naturalmente apresentariam valores mais elevados, o que não significaria, necessariamente, um maior investimento por habitante. Ao calcular os gastos per capita, é possível entender **o quanto, em média, cada cidadão recebeu de investimento em saúde, educação e pessoal**, proporcionando uma análise mais equitativa da eficiência do uso dos recursos públicos.

Durante o período da pandemia, os gastos per capita das capitais brasileiras com saúde, educação e pessoal apresentaram variações significativas, refletindo as prioridades de investimento de cada gestão, como mostrado na Tabela 4 abaixo.

*Tabela 4. *Cidades que se destacaram nos gastos per capita em saúde, educação e pessoal durante o período analisado de 2019 à 2023.*

Cidade	Ano	Gastos com Saúde (Per Capita)
Cuiabá MT	2021	R\$ 2.030,09
Teresina PI	2020	R\$ 1.991,82
Porto Alegre RS	2023	R\$ 1.970,10
Cidade	Ano	Gastos com Saúde (Per Capita)
Vitória ES	2023	R\$ 1.833,19
Palmas TO	2023	R\$ 1.678,22
São Paulo SP	2023	R\$ 1.646,01
Cidade	Ano	Gastos com Saúde (Per Capita)
Porto Alegre RS	2023	R\$ 3.983,08
Porto Alegre RS	2021	R\$ 3.831,47
Porto Alegre RS	2022	R\$ 3.783,12

4.4 Teste t

O teste t é um teste estatístico utilizado para comparar as médias de dois grupos e verificar se a diferença entre elas é estatisticamente significativa. Ele é comumente aplicado em estudos que buscam avaliar variações entre diferentes condições ou períodos, especialmente quando o tamanho da amostra é pequeno. No contexto da análise de dados financeiros das capitais brasileiras, o teste t pode ser empregado para identificar se houve mudanças significativas nos gastos com saúde, educação e pessoal antes e durante a pandemia da COVID-19.

O teste t foi aplicado para verificar se houve diferenças estatisticamente significativas nos gastos per capita das capitais brasileiras com saúde, educação e pessoal durante o período da pandemia da COVID-19. Para isso, foram realizadas três comparações principais: (i) entre 2019 e 2020, (ii) entre 2020 e a média dos anos 2021 e 2022, e (iii) entre a média dos anos 2021 e 2022 e o ano de 2023. Todos os valores foram corrigidos pela inflação até 2025, garantindo a comparabilidade dos dados. (Tabela 5).

*Tabela 5. *Teste T realizado com os gastos de saúde, educação e Pessoal entre os anos 2019, 2020, 2021/2022 (média) e 2023.*

**A comparação foi feita levando em consideração os valores monetários atualizados.*

**Os anos de 2021 e 2022 (período pandêmico) foram mesclados utilizando uma média para que fosse usado como dado único.*

TESTE T Gastos com Saúde (2019 e 2020)	TESTE T Gastos com Educação (2019 e 2020)	TESTE T Gastos com Pessoal (2019 e 2020)
0,917407211	0,755633144	0,879483076
TESTE T Gastos com Saúde (2020 e 2021/2022)	TESTE T Gastos com Educação (2020 e 2021/2022)	TESTE T Gastos com Pessoal (2020 e 2021/2022)
0,988754025	0,855888039	0,995082595
TESTE T Gastos com Saúde (2021/2022 e 2023)	TESTE T Gastos com Educação (2021/2022 e 2023)	TESTE T Gastos com Pessoal (2021/2022 e 2023)
0,800594695	0,755473133	0,796157747

A ausência de diferenças estatisticamente significativas entre os períodos analisados indica que, apesar da pandemia ter sido um evento de grandes proporções em diversas áreas da sociedade, os investimentos públicos em saúde, educação e pessoal não apresentaram grandes variações, quando comparadas ano após ano. Isso pode estar associado a diversos fatores, como a estrutura orçamentária rígida das prefeituras, a continuidade dos repasses federais e a priorização de gastos já estabelecidos.

Além disso, a correção dos valores pela inflação garante que os resultados reflitam mudanças reais no orçamento, e não apenas variações decorrentes do aumento geral de preços. Dessa forma, a análise sugere que as capitais conseguiram manter a estabilidade financeira nesses setores essenciais, mesmo diante do impacto econômico da pandemia.

4.5 Discussão

Comparando os períodos pré-pandemia (2019), pico da pandemia (2020-2021) e pós-pandemia (2023), observou-se um forte crescimento nos gastos públicos no momento crítico da crise sanitária. Isso ocorreu devido à necessidade de ampliação da infraestrutura hospitalar, compra de insumos médicos, contratação de profissionais da saúde e adoção de medidas emergenciais.

Os dados analisados demonstram que a pandemia de COVID-19 teve impacto expressivo na gestão fiscal das capitais brasileiras. Enquanto as maiores cidades investiram valores absolutos significativos para conter a crise sanitária, capitais de menor porte tiveram os maiores crescimentos percentuais nos gastos. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas adaptáveis e eficientes, garantindo um equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a oferta de serviços essenciais à população, mesmo em momentos de crise.

Os resultados também reforçam a importância de avaliar os gastos per capita ao invés de valores brutos totais, uma vez que essa métrica permite uma análise mais precisa do impacto real dos investimentos em relação à população atendida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19 representou um marco histórico com impactos profundos e duradouros nas esferas social, econômica e fiscal das capitais brasileiras. A análise dos dados de 2019 a 2023 evidenciou um aumento expressivo nos gastos públicos, especialmente nos setores de saúde, educação e pessoal, refletindo os esforços das administrações municipais para mitigar os efeitos da crise sanitária.

Inicialmente, a expectativa era de que a pesquisa evidenciasse uma diminuição nos gastos públicos após o período mais crítico da pandemia, especialmente com a normalização das atividades e a redução das medidas emergenciais. No entanto, os dados analisados demonstraram que, em muitas capitais, os gastos não diminuíram de forma significativa, e em alguns casos, continuaram em patamares elevados. Isso indica que os impactos da crise sanitária foram duradouros, exigindo adaptações contínuas das gestões municipais para manter a prestação de serviços essenciais, mesmo após o fim da emergência pandêmica.

Com base nos testes estatísticos realizados, pode-se concluir que a pandemia da COVID-19 não afetou significativamente os gastos per capita das capitais brasileiras com saúde, educação e pessoal entre os anos de 2019 e 2023. Essa estabilidade orçamentária pode indicar um esforço dos governos municipais em manter os investimentos nessas áreas essenciais, garantindo a continuidade dos serviços públicos. No entanto, estudos futuros podem aprofundar essa análise, investigando possíveis redistribuições dentro de cada setor e o impacto qualitativo desses investimentos na oferta de serviços à população.

De acordo com um estudo feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e publicado pela BBC News “O mundo vai levar anos para se recuperar do impacto da pandemia do novo coronavírus”. Outro estudo, como o publicado pela RádioSenado em 2020, informa que “os Impactos econômicos da crise do coronavírus podem durar por uma década”, isso pode afetar de forma permanente a trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) e da dívida pública no Brasil. Isso ficou bastante claro ao observar que os gastos não chegaram a reduzir em momento algum, mesmo após o período pandêmico ter encerrado.

Em suma, a pandemia de COVID-19 evidenciou a importância de uma gestão pública preparada e resiliente, capaz de enfrentar desafios complexos e garantir a continuidade dos serviços essenciais, mesmo em cenários adversos. As lições aprendidas devem orientar a formulação de políticas públicas mais robustas e inclusivas, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida nas capitais brasileiras.

REFERÊNCIAS

BBC. *Coronavírus: como os países estão lidando com o impacto econômico da pandemia?* 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52002332>. Acesso em: 07 mar. 2025.

COCHRAN, W. G.; COX, G. M. *Experimental designs*. 2th ed. Singapura: John Wiley & Sons, 1957.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/3c842083-81ca-46d9-bf64-d5ce8a06edfc/content>. Acesso em: 29 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Setor Público. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

COSTA, L. M. C.; MERCHAN-HAMANN, E. Pandemias de influenza e a estrutura sanitária brasileira: breve histórico e caracterização dos cenários. *Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua*, v. 7, n. 1, p. 11-25, mar. 2016.

CR2 CONTABILIDADE. Objetivo da contabilidade pública. Disponível em: <https://cr2.co/objetivo-da-contabilidade-publica/#:~:text=O%20objetivo%20da%20contabilidade%20p%C3%ABlica%20%C3%A9%20favorecer%20a%20sociedade,relacionadas%20%C3%A0%20prest%C3%A7%C3%A3o%20de%20contas>. Acesso em: 29 out. 2024.

DALPIAZ, L. F. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o impacto da pandemia do COVID-19 na arrecadação e gastos com pessoal na Região das Hortênsias. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, p. 25. 2021.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBO. Educação perde mais de R\$ 1,2 bilhão por gastos abaixo do piso durante a pandemia. *O Globo*, 2024. Acesso em: 23 set. 2024.

GLOBO. Educação perde R\$ 1,2 bilhão por gastos abaixo do piso durante a pandemia. *O Globo*, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/04/15/educacao-perde-r-12-bilhao-por-gastos-abaixo-do-piso-durante-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE OS RESULTADOS RECENTES DAS CONTAS PÚBLICAS (IPEA). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/impactos-da-pandemia-sobre-os-resultados-recentes-das-contas-publicas/#:~:text=As%20despesas%20do%20governo%20federal,pessoal%20\(%2D0%2C6%25\)](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/impactos-da-pandemia-sobre-os-resultados-recentes-das-contas-publicas/#:~:text=As%20despesas%20do%20governo%20federal,pessoal%20(%2D0%2C6%25)).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sob efeitos da pandemia, consumo de bens e serviços de saúde cai 4,4% em 2020, mas cresce 10,3% em 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39675-sob-efeitos-da-pandemia-consumo-de-bens-e-servicos->

de-saude-cai-4-4-em-2020-mas-cresce-10-3-em-2021#:~:text=Em%202021%2C%20a%20despesa%20per,de%20R%24%201.703%2C60. Acesso em: 29 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12149/1/TD_2894_web.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Impactos da pandemia sobre os resultados recentes das contas públicas. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/impactos-da-pandemia-sobre-os-resultados-recentes-das-contas-publicas/>.

OLIVEIRA, J. F. Os Desafios Para A Manutenção Da Responsabilidade Fiscal Do Estado Em Tempos De Pandemia Da Covid-19. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, p. 27. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Histórico da pandemia COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2030%20de%20janeiro%20de,previsto%20no%20Regulamento%20Sanit%C3%A1rio%20Internacional>. Acesso em: 29 out. 2024.

OXFAM. Desigualdade no acesso às vacinas. Disponível em: <www.oxfam.org.br>. Acesso em: 25 set. 2024.

Pandemia de Covid-19 faz governo do AC reorganizar contas e cortar R\$ 124 milhões do orçamento do estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/04/27/pandemia-de-covid-19-faz-governo-do-ac-reorganizar-contas-e-cortar-r-124-milhoes-do-orcamento-do-estado.ghtml>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL:

2019:<https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Anexo-3-Receita-Corrente-Liquida-4.pdf>

2020:<https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Anexo-3-Demonstrativo-da-Receita-Corrente-Liquida-2.pdf>

2021:<https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/Anexo-03-Demonstrativo-da-Receita-Corrente-Liquida-1.pdf>

2022:<https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/Anexo-3-Receita-Corrente-Liquida.pdf>

2023:<https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Anexo-3-Receita-Corrente-Liquida-1o-Bimestre.pdf>

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG): <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/Relat%C3%B3rios%20LRF/2019/RREO%20-%20Receita%20Corrente%20L%C3%ADquida%20-%205%C2%BA%20Bim-2019.xlsx>

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG): <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/Relat%C3%B3rios%20LRF/2020/rreo-receita-corrente-liquida-3o-bim-2020.pdf>

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2021 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG): <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/Relat%C3%B3rios%20LRF/2021/rreo-receita-corrente-liquida-6o-bim-2021.pdf>

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2022 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG): <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/Relat%C3%B3rios%20LRF/2022/RREO%20-%20Receita%20Corrente%20L%C3%ADquida%20-%206%C2%BA%20Bim-2022.pdf>

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2023 PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (MG): <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/fazenda/Relat%C3%B3rios%20LRF/2023/rreo-receita-corrente-liquida-6o-bim-2023.pdf>

SANCHES, M. O. Impacto Da Pandemia De Covid-19 Na Volatilidade De Indicadores Financeiros. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 38. 2022.

SATTHEERTHWAITHE, F. E. An approximate distribution of estimates of variance components. Biometric Bulletin, London, v. 2, p. 110-114, 1946.

SENADO FEDERAL. Impactos econômicos da crise do coronavírus podem durar por uma década. Rádio Senado, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/04/16/impactos-economicos-da-crise-do-coronavirus-podem-durar-por-uma-decada>. Acesso em: 07 mar. 2025.

SILVA, E. S. PANDEMIA DA COVID-19: impactos sobre os indicadores financeiros e econômicos de empresas aéreas brasileiras listadas na B3. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, p. 22. 2022.

SILVA, R. Responsabilidade Fiscal no Brasil: 17 anos de avanços e desafios. Revista Brasileira de Finanças Públicas, v. 9, n. 1, p. 45-67, 2017.

TÁVORA, F. L. Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, n. 274, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Pandemia já custou mais de R\$ 600 bilhões aos cofres federais. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/pandemia-ja-custou-mais-de-r-600-bilhoes-aos-cofres-federais.htm#:~:text=E2%80%9CConsiderando%20que%20o%20valor%20pago,agosto%20de%202021%E2%80%9D%C2%0Aexplicou%20o>. Acesso em: 29 out. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Relatório sobre os Gastos do Governo Federal com a Pandemia de COVID-19. TCU, 2021. Acesso em: 23 set. 2024.
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE-PR). Covid-19: aumento nominal de despesa com pessoal é vedado até o fim de 2021. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/covid-19-aumento-nominal-de-despesa-com-pessoal-e-vedado-ate-o-fim-de-2021/8529/N#:~:text=Assim%2C%20o%20relator%20concluiu%20que,natureza%20das%20despesas%20com%20pessoal>. Acesso em: 23 set. 2024.

UNASUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em:
<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=em%20S%C3%A3o%20Paulo,-,O%20homem%20de%2061%20anos%20deu%20entrada%20no%20Hospital%20Israelita,investigava%20o%20caso%20desde%20ent%C3%A3o>. Acesso em: 29 out. 2024.